



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 5/2012

SESSÃO ORDINÁRIA DE 22 DE SETEMBRO DE 2012

----- Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano dois mil e doze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Ana Cristina Lobato Fróis Figueiredo e Silva e Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Rui Miguel Costa e Silva, Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo e Carla Maria Pires Rodrigues, procedendo-se à respetiva substituição. -----

----- Pelas catorze horas e trinta e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 4/2012 referente à Sessão de Ordinária de 29 junho. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2012 por maioria dos presentes com 3 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Informar que me abstive porque não estive presente nessa sessão.” -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu conhecimento do e-mail enviado pela Deputada Municipal Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo, que lhe foi endereçado, a justificar a falta na presente sessão que se transcreve na íntegra conforme solicitado: -----

----- “ Com efeito é mesmo verdade que o “Homem põe e Deus dispõe”. Estando marcada em tempo a sessão da Assembleia Municipal era meu dever estar presente por eleita na mesma. Porém alterações de agenda da AMAI (Associação dos Movimentos Autárquicos Independentes) a cuja direção pertenço, em representação do Movimento Independente do Concelho de Rio Maior, fui convocada para sessão extraordinária desta organização, então marcada para o dia 15 e agora a realizar coincidentemente este sábado, 22 de setembro. -----

----- Alguma vez valorizando a importância daquela pela nossa, antes sobrepondo o interesse por Rio Maior, terra à qual tenho votado os meus valores e dedicado compromissos e competências, não posso deixar de apresentar esta minha falta e respetiva justificação pelas matérias a tratar serem sem dúvida relevantes para o nosso concelho e país no atual contexto. -----

----- Na expectativa da vossa melhor atenção para o exposto e na convicção de o presente conteúdo ser dado a conhecer ao órgão que vossa excelência preside, queira aceitar os protestos da minha mais elevada consideração.” -----

----- Informou também que deu entrada na Mesa um voto de pesar, que será lido pela Mesa. -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi lido o voto apresentado (anexo 3). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Celeste Bernardino Narciso -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Presidente da Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputada Anabela Costa Azenha -----

----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----

----- Deputado António Jorge da Silva Madeira -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Celeste Bernardino Narciso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por referir que em Rio Maior, como no país vivemos a maior crise do poder local democrático, salientando que o problema deve ser enfrentado e encontradas soluções a nível autárquico. -----

----- Referiu que nesse sentido, e alarmados com o crescimento dos números de desemprego em Rio Maior, o Projeto Cidadania propôs uma sessão temática da Assembleia Municipal sobre esse assunto por considerarem ser altura de, em conjunto, se encontrarem formas de combate ao desemprego. Reiterou, assim, a urgência dessa sessão. -----

----- Lembrou ainda que na sessão da Assembleia Municipal de julho de 2011 foi votada uma modificação às Grandes Opções do Plano no sentido de realizar a obra urgente da rede de esgotos em Casais Monizes e que a conclusão do projeto estava prevista em 2011 e a realização da obra em 2012 e que até hoje aquela população continua sem saneamento básico que é um direito fundamental. Solicitou, por isso, esclarecimentos à Câmara Municipal sobre esta matéria. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Evidenciou a crise que se faz sentir a todos na generalidade, a exceção de quem tem maior fortuna. Chamou, por isso, à atenção para a necessidade de em Rio Maior se acreditar que há alternativa para a política atual, porque também Rio Maior está a ser vítima das políticas praticadas, quer no poder autárquico, com a proposta de reorganização, quer ao nível da lei dos compromissos para a Câmara Municipal, quer ao nível da educação, salientando que mais de duas dúzias de professores ficaram sem emprego, mais de uma dúzia de professores ficou com horário zero, a Escola Superior de Desporto, passado mais de um ano, continua por abrir prejudicando gravemente a comunidade escolar e a Câmara Municipal, evidenciando que tudo isto se reflete numa política absolutamente inqualificável por parte de governo. Chamou ainda atenção que o desemprego já chegou aos mil e quinhentos, para os baixos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

rendimentos, para a falta de cinco médicos no centro de saúde e que a política nacional não tem apenas repercussão apenas a nível nacional, tem repercussão no nosso concelho e em cada um de nós, considerando que é preciso manifestarmo-nos contra esta política. -----

----- Referiu ainda que, não obstante os esforços feitos para o sucesso da Frimor, a presença da moca nos expositores institucionais da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Rio Maior, símbolo da história triste de Rio Maior, que não traduz um sentimento popular foi de muito mau gosto. Exigiu, por isso, enquanto munícipe e autarca, que lhe seja explicado com que base é que este elemento é um elemento da história de Rio Maior. -----

----- Informou que a Câmara Municipal cumpriu no que respeita à nova sala polivalente para as crianças da Asseiceira, professores e funcionários, onde agora podem fazer os almoços em melhores condições físicas assim como os prolongamentos de horário. -----

----- Questionou acerca das repavimentações e alcatroamentos designadamente em Casais Varões que se encontra em condições intransitáveis. -----

----- Terminou afirmando que a reorganização autárquica ganhou um novo fôlego para a sua revogação, já que foi aprovada uma decisão, por parte dos autarcas, em pedir a revogação e a inconstitucionalidade da lei, afirmando que, por isso, até ao último segundo é preciso que os autarcas lutem pelas suas freguesias. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Absteve-se de fazer qualquer comentário acerca da moca de Rio Maior visto não ter sido a si que foi dirigida a pergunta, mas assumiu inteiramente a presença da mesma no expositor da Junta de Freguesia de Rio Maior. -----

----- Seguidamente deu conhecimento que a sua intervenção se deve ao facto de querer felicitar o Moto Clube de Rio Maior pela organização da terceira edição da prova de enduro em Rio Maior, que contou com mais de uma centena de participantes e com milhares de pessoas a assistir, demonstrando que com a vontade e carolice de alguns é possível realizar estes eventos com grande mediatismo e que em muito nos engrandecem a todos. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia do Outeiro da Cortiçada** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Solicitou ao executivo municipal que esclareça qual a organização do ano letivo de 2012/2013, designadamente a forma como o mesmo está a ser organizado o ano letivo da Universidade Sénior. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conta de um facto positivo como é o novo centro escolar recentemente inaugurado em São João da Ribeira e que já recebeu a visita do Ministro da Educação. Evidenciou que se trata de um equipamento de grande qualidade, moderno, funcional e que valoriza o concelho e todos os intervenientes e todos os que fizeram parte dessa obra. Afirmou tratar-se de um elemento preponderante por muitos anos na educação do concelho e na qualificação e excelência das crianças que o frequentarão. -----

----- Disse que se trata de um compromisso assumido por este executivo, que deixou claro que a sua aposta seria na formação e na educação de qualidade, e que esta obra materializa um investimento global de cerca de um milhão e duzentos mil euros com financiamento comunitário, que é realizado num momento particularmente difícil para o país e sobretudo para as autarquias. -----

----- Evidenciou que nem tudo é mau e que muito embora alguns possam não concordar, após uma fase de adaptação todos darão por bem empregue este esforço porque os maiores beneficiários são os jovens que representam o futuro do concelho. -

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Questionou mais uma vez a Câmara Municipal sobre em que situação se encontra do Provedor do Município. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar o executivo municipal acerca de três situações. Em primeiro lugar quis para saber se neste pacote de requalificação urbana se pretende incluir a zona onde está o fontenário, o chafariz a central elétrica desativada há já algum tempo. Em segundo lugar disse que gostaria de saber se há alguma possibilidade, através de postura municipal ou outro mecanismo legal, de obrigar os proprietários dentro da cidade de Rio Maior a limpar e desmatar os terrenos. Por último quis saber se foram feitas algumas diligências junto dos proprietários das velhas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

instalações em frente ao Continente para alguma intervenção, visto ser uma situação que representa perigo para quem passa na avenida, já que toda a estrutura está em péssimo estado e em condições atmosféricas adversas as chapas podem soltar-se e causar algum acidente com as consequentes responsabilidades civis que daí advêm. -

----- **Deputado António Jorge da Silva Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer publicamente e em seu nome pessoal o empenho e dedicação das pessoas envolvidas na organização, preparação e desenvolvimento da Frimor e à forma como correu a feira, referindo que existem, no entanto, algumas coisas a modificar. -----

----- Disse ainda que, dando voz a alguns munícipes, chama à atenção para o ruído que se faz sentir durante o certame e que os horários praticados podem ferir os direitos fundamentais das pessoas, já que existem normas a cumprir seja nos horários seja nos decibéis permitidos em cada um deles. Deu conhecimento que tem até um requerimento oral para dirigir à mesa mas que prefere não o ler, se neste momento o executivo fizer um compromisso público que para o próximo ano se façam e desenvolvam todos os esforços possíveis e impossíveis para minorar o ruído que se fez sentir este ano. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que há já alguns anos a esta parte se tem vindo a falar e a refletir sobre o novo paradigma da gestão autárquica e que necessariamente exige uma nova abordagem na ação política local, que, de facto, em concelhos como o nosso em que as infraestruturas básicas e complementares já estão asseguradas há vários anos, como equipamentos sociais, escolares, culturais, de saúde etc., as exigências das comunidades locais já ultrapassam estas necessidades básicas e que neste momento são a um nível de integração social e também de qualificação do nível de vida. -----

----- Considerou assim que o que se exige dos governos locais é um salto qualitativo, ou seja, fazer face a estas novas necessidades e também a uma exigência de ação social efetiva. Frisou que se exigem políticas concretas de gestão e planeamento do territorial e dinamização económica, de captação inteligente de investimento, promoção ativa de emprego, sustentabilidade ambiental e energética, apoio aos mais idosos e aos mais desprotegidos, uma ação social inclusiva e políticas de fixação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

jovens, uma aposta contínua numa educação ao longo da vida e na qualificação dos nossos concidadãos. -----

----- Considerou que é também importante a necessária procura de mecanismos de participação ativa e promoção da cidadania, sendo os momentos de manifestação a que assistimos presentemente um motor da consciencialização de como podem os fóruns políticos, como este, podem dar resposta a este tipo de manifestações que cada vez mais saem do quadro institucional normativamente definido através da constituição e das respetivas leis ordinárias. Evidenciou que estamos assim perante fenómenos novos que exigem dos líderes políticos a capacidade de lhes dar resposta.

----- Disse crer que a nível local a resposta deve começar a ser cada vez mais efetiva e que é nestes momentos difíceis, críticos que vivemos, que se devem tomar medidas concretas fundamentalmente numa questão essencial que é um pilar de toda a nossa sociedade: a solidariedade e a coesão social. Afirmou que esta questão não deve ser vista apenas numa lógica de caridade, mas também numa lógica efetiva e atuante de solidariedade social. Considerou estarmos perante uma problemática global, mas crê que a resposta deve começar por ser local sendo muito importante que estes fatores sejam analisados por aqueles que são eleitos pelas comunidades para debaterem os problemas locais e para terem alguma reflexão crítica sobre aquilo que se está a passar à nossa volta. -----

----- Acredita que o papel dos executivos a nível local é um papel determinante porque a solução deste problema global tem que começar a nível local através de medidas concretas e fundamentalmente motivando, liderando, guiando a comunidade na resposta a estes problemas tão graves e que põem em causa o nosso próprio modelo civilizacional. -----

----- Afirmou ser com esta tónica e neste enquadramento global que volta abordar aquele que considera o tema mais grave das sociedades contemporâneas e aquele que é o problema central do nosso modelo de desenvolvimento: o desemprego. Fez uma abordagem local deste problema, do nosso concelho, revelando que a evolução desde há dois anos e meio para cá é galopante já que em julho de 2009 os inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional eram 449, neste momento, em agosto de 2012 os inscritos são 1026, revelando um crescimento de cerca de 130% neste período. Considerou serem números muito preocupantes e insustentáveis para qualquer comunidade local a médio prazo, já que nenhuma comunidade local comporta por muito tempo um desemprego nesta ordem de grandeza. Disse, por isso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ser o desabar de um pilar de coesão social que é fundamental para todos nós e como já referiu, não obstante haver a consciência que é um problema global, também crê que a solução começa por ser local. Afirmou ainda não ser uma questão partidária e sim uma questão de urgência social já que vivemos tempos muito complicados e não pode haver desculpas para não se agir e que é necessário haver políticas bem definidas, uma estratégia bem definida para agir de imediato. -----

----- Deixou, por fim, a questão ao executivo camarário, na sequência das intervenções que tem feito ao logo destes tempos, de qual é de facto a estratégia para combater este flagelo e esta situação de emergência social e quais as medidas que já foram tomadas e aquelas que se visam adotar num futuro próximo para tentar, em conjunto com outras entidades e instituições de solidariedade social, a sociedade civil e instâncias governamentais para combater este que é o grande problema das sociedades atuais. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse querer apenas questionar o executivo municipal sobre três aspetos, sendo que o primeiro se trata do chamado centro social, cívico e de lazer, antes chamado loja do cidadão, e qual a razão para uma violação do PDM tendo sido construído um edifício cerca de 3,5 metros mais alto que o edifício pré-existente na zona e qual é a razão para que se tenha promovido uma ocupação de mais 1,5 metros de espaço público da antiga praça do comércio e se existe consciência do que representa a violação do PDM nesta circunstância. -----

----- O segundo aspeto que considerou deveras preocupante foi a necessidade de o Senhor Ministro da Educação durante a visita ao centro escolar de São João da Ribeira nos presentear com a situação de que falta um milhão e cem mil euros para poder pagar a escola, dizendo que gostaria de saber qual é a posição do executivo sobre este assunto e o que ainda é preciso para que a comunidade riomaiorense usufrua dos benefícios de ter a escola superior de desporto nas novas instalações, como seja a competitividade através das instalações da escola com a captação de novos alunos dando um enorme incentivo à economia local. -----

----- Por último pediu à Presidente da Câmara Municipal que justificasse nesta assembleia o que quer dizer quando diz em comunicado da distrital do PSD que apesar de ser difícil está no terreno e tem de prosseguir referindo-se à lei dos compromissos, à reforma administrativa territorial autárquica, à redução de dirigentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

e se tem esta coerência quando fala com os presidentes de junta, quando fala com os munícipes e quando fala com os dirigentes como Presidente da Câmara Municipal e ainda se sente que a redução do número de dirigentes é benéfica para o funcionamento dos municípios. -----

----- Finalmente questionou ainda se acha mais importante atacar o PS do que perceber a situação do país e deixar de dar importância às diferenças partidárias e não percebamos como este tipo de atitude afasta os cidadãos dos partidos e afasta os cidadãos da política. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção por se referir à Frimor e dar os parabéns à Câmara Municipal e à Associação Empresarial do concelho de Rio Maior pela organização, porque mesmo não sendo esta a feira de outros tempos e que todos desejaríamos, mas lembrou qual era a situação deste certame quando o executivo iniciou funções e que mesmo com as contenções orçamentais que se verificam (cerca de 30%) realçou a melhoria e desenvolvimento do evento. Agradeceu também às associações presentes nas tasquinhas típicas que mostraram o que de bom a nossa gastronomia tem e também à Quinta do Canhão que tem colaborado com esta autarquia na feira, nomeadamente quanto ao espetáculo equestre e ainda aos Bombeiros Voluntários na organização no festival das fanfarras. Disse ainda esperar que as restrições orçamentais não sejam permanentes e que mesmo que as haja se consiga elevar o evento sem elevar os seus custos. -----

----- Referindo-se às intervenções anteriores dos deputados do PS concordou que o desemprego é de facto uma calamidade no nosso país e que não é uma questão partidária é social e que nos deve preocupar a todos e que não devemos cruzar os braços enquanto autarcas, enquanto sociedade civil e assumir este compromisso de tudo fazer para melhorar a situação. Realçou que, no entanto, este é um problema à escala global. -----

----- Quanto à manifestações que têm ocorrido, disse compreender e que são um direito da sociedade civil de contestar mas que por vezes não compreende que algumas pessoas vão contestar situações sem saber muito bem o que contestam, indicando como exemplo a resposta de uma pessoa que se referiu ao problema ao desemprego como sendo exclusiva culpa do atual governo, quando na verdade estava já desempregada há três anos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Afirmou que, no entanto, temos compromissos e como país de bem que somos há que os aceitar e cumprir. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções autorizando desde logo a que, sendo necessário, fosse dada a palavra aos restantes membros do executivo municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que grande parte das intervenções feitas são análises políticas as quais se abstém de comentar, frisando que não é responsável pelas palavras proferidas pelo Ministro da Educação nem de nenhum outro governante. -----

----- Esclareceu que a visita do Ministro da Educação foi informada de um dia para o outro e que representou o início do ano letivo, tratando-se uma visita técnica às instalações. -----

----- Em relação às declarações acerca da escola superior de desporto disse que sempre acompanhou este processo e ultimamente mais ainda e que durante a próxima semana vão haver desenvolvimentos e que o processo esta a ser bem acompanhado e que a serem verdade as questões aqui proferidas ainda acrescenta que irá invocar o interesse público no desenrolar do processo porque não poderá permitir durante mais tempo que um edifício público, construído com dinheiros públicos, ao fim de um ano de estar concluído, por questões alheias à Câmara Municipal, se encontrar no estado atual. Disse ainda não poder permitir-se que o edifício continue naquele estado já que o compromisso da Câmara Municipal se encontra cumprido com a transferência de 150 mil euros no ano de 2011 e 850 mil euros em 2012, ou seja 1 milhão de euros, para a construção daquele edifício e que a escola superior de desporto se encontra a funcionar em instalações do município, sendo este que assegura as despesas de funcionamento e pela sua permanência no mesmo tem também vindo a adiar um projeto para aquelas instalações por incompatibilidade de funcionamento. -----

----- Referindo-se à rede de esgotos nos Casais Monizes disse que existem ainda alguns assuntos por resolver nesta área e que este é um deles e informou que o projeto está feito e que se trata de um investimento que ronda os 600 mil euros. Afirmou ainda que sempre foi intenção avançar com esta obra, como se verifica no plano e orçamento, não havendo, no entanto, disponibilidade financeira até à data. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No que respeita ao facto de a moca estar nos expositores institucionais da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Rio Maior disse que se trata de uma parte da história e que esta tem coisas boas e coisas más e que em ambas as situações ficam os símbolos. Informou tratar-se de uma proposta dos serviços que foi aceite e desculpou-se se alguém se sentiu ofendido com esta situação. -----

----- Relativamente ao centro escolar de São João da Ribeira deixou um agradecimento público ao agrupamento Fernando Casimiro pelo desenrolar de todo o processo para que este centro pudesse entrar em funcionamento no início do ano letivo e aos técnicos da autarquia pela agilidade no desenrolar e envolvimento em todo o processo, assim como na abertura tranquila do ano letivo em todo o concelho. -----

----- Em resposta à situação do provedor do município voltou a informar que este executivo iniciou este processo com bondade e chegou a ser levado a reunião de câmara para decisão, mas que infelizmente houve situações que inviabilizaram a sua evolução não sendo, por isso, possível a sua concretização, razão pela qual não foi ainda presente a esta assembleia. -----

----- Quanto à questão da limpeza dos terrenos dentro da cidade informou que são situações acompanhadas pela fiscalização e que as notificações aos proprietários são efetuadas e que tratando-se de terrenos privados todo o processo para levar as pessoas a fazer estas intervenções é moroso no qual se tem que respeitar os trâmites legais previstos. -----

----- Quanto ao problema do desemprego disse que não é competência das câmaras municipais a criação de emprego, apontando o orçamento de estado exatamente na situação inversa, ou seja, redução do trabalhares, mas afirmou que este executivo tem trabalhado no sentido de promover investimento no concelho, sendo que algum já é visível outro está a ser desenvolvido. Realçou que o desemprego é uma situação que nos preocupa a todos admitindo que aumentou significativamente e que através das estruturas existentes, nomeadamente o Gabinete de Inserção Profissional, se tem tentado desenvolver um trabalho para inverter esta tendência. Informou também que grande parte dos desempregados em Rio Maior são residentes do concelho mas trabalham fora do mesmo, refletindo-se a sua situação nos números do concelho. -----

----- Poe fim, esclareceu o Deputado António Moreira que as questões da distrital são tratadas na distrital e as questões do município são tratadas no município. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Esclareceu que vários projetos se encontram parados por falta de financiamento, e muitos deles preocupantes já que contrariamente ao que foi dito o nosso concelho ainda é muito carenciado em muitas coisas básicas. Exemplificou com a falta de água na Marmeleira há já dezenas de anos, parte da freguesia de Asseiceira que não tem água, Casais Monizes não tem saneamento tal como toda a parte norte do concelho. Concluiu assim que se fez muita coisa e que muita coisa há a fazer, mas que atualmente não existe financiamento para executar os projetos existentes. -----

----- Acerca dos alcatroamentos informou que se trata de um problema extensível a vários locais do concelho e não só na freguesia de Asseiceira, e que se tem tentado fazer aqueles que são mais urgentes e nas vias com maior fluxo de trânsito. -----

----- Deu conhecimento que em relação às obras de requalificação em curso já se iniciou a recuperação do miradouro ou do lago junto ao antigo quartel dos bombeiros e durante o mês de outubro será iniciada a requalificação do fontenário junto à Rua do Mercado. -----

----- Acerca das instalações da Basmaior (frente ao continente) considerou tratar-se de um problema complicado tendo o executivo municipal tentado já por algumas vezes o contacto com os proprietários mas sem sucesso. -----

----- Esclareceu que a loja do cidadão como edifício não existe, existe sim um espaço polivalente que a Câmara Municipal construiu ao abrigo da candidatura da regeneração urbana, espaço esse no qual irá ser instalada a loja do cidadão. Comunicou ainda que no dia 16 de agosto foi feita a entrega formal das chaves do rés-do-chão e do 1º andar à AMA e a entidade, quando o entender, irá lançar o concurso para a abertura da loja do cidadão. Disse ainda que quanto às alusões feitas acerca da eventual violação do Plano Diretor Municipal, em sua opinião esta não existe, conforme os pareceres técnicos existentes acerca do assunto, e aconselhou todos a consultar o regulamento do PDM onde poderão verificar, pela leitura dos artigos aplicáveis, a não violação do PDM. -----

----- **Deputado António Jorge da Silva Madeira** -----

----- Interveio para dizer que não ficou esclarecido no que respeita ao problema do ruído e ao eventual compromisso proposto anteriormente. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Passou a palavra à Presidente da Câmara para, estando em condições para o fazer, responder ao deputado municipal e não estando, pode ser apresentado um requerimento por escrito à mesa e esta o encaminhará. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que não está em condições de assumir um compromisso e que pode é aceitar propostas e sugestões, sabendo, no entanto, que se trata de um evento realizado em colaboração com a Associação Empresarial de Rio Maior. Afirmou que se trata de uma situação de bairrismo ou patriotismo, já que esteve recentemente num local onde a festa decorre no centro da localidade, durante 10 dias, grande parte deles até às 7 horas da manhã e é encarada como um orgulho e toda a população incentiva e participa. Considerou tratarem-se de formas diferentes de ver as coisas e no final a decisão será fazer ou não fazer. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou que seria agora votado o voto de pesar. -----

----- Colocado a votação, foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Compromissos Plurianuais assumidos no período compreendido entre 1 de julho e 14 de setembro de 2012** -----

----- **Informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Rio Maior - Revisor Oficial de Contas Rosa Lopes** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou que se esclarecesse em relação a alguns dos assuntos presentes na atividade municipal qual o seu conteúdo já que vem indicado como diversos, nomeadamente os assuntos tratados na reunião com o núcleo de Rio Maior da Cruz Vermelha e na reunião acerca da Universidade Sénior. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Acerca da informação da situação económica e financeira semestral do Município de Rio Maior recomendou a todos que lessem aquele trabalho porque este permite que se tenha um entendimento muito claro da política do executivo e solicitou alguns esclarecimentos quanto às despesas de capital e o seu nível de execução e também em relação ao limite de endividamento líquido no final do semestre que se encontra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ultrapassado em 209 milhares de euros. Achou por isso importante que sejam esclarecidas as implicações dos custos, das dívidas e das amortizações e também das receitas e da sua queda, quer a nível central quer ao nível local. -----

----- Quanto à atividade municipal solicitou esclarecimentos acerca das reuniões com o grupo Jerónimo Martins, com a SUMA e neste caso qual a situação da recolha de resíduos e lavagem dos contentores nas freguesias e com a Sibelco. -----

----- No que respeita à dívida a fornecedores de 4 milhões 527 mil euros questionou se estão incluídos os protocolos de delegação de competências para as juntas de freguesia, já que as despesas correntes a Câmara pagou mas as despesas de capital não, afirmando que não consegue ver isso espelhado em lado nenhum do documento.

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca de dois pontos, sendo o primeiro sobre o que está nos compromissos plurianuais sobre as atividades de extensão curricular, e explicou que temos sensivelmente 23 mil euros para inglês, 16 mil euros para a expressão musical, 10 mil euros aproximadamente para a expressão plástica e depois para atividade física 1 750 euros e novamente para a atividade física 50 mil euros. Realçou a distinção que é feita entre as atividade já que apenas a atividade física inclui espaços e disse que gostaria de saber o que é que representa os 1 750 euros e que o que representam os 50 mil euros. -----

----- No âmbito deste pedido de esclarecimento lembrou que uma das primeiras coisas faladas por este executivo municipal foi a independência da Desmor e que gostaria de saber qual é o preço/hora e que espaço leva a 50 mil euros, para quanto tempo e para que espaço, já que considera não ser preciso espaço da Desmor para as crianças. -----

----- O segundo ponto a que se referiu tem a ver com a situação económico-financeira e disse que gostaria que a Presidente da Câmara explicasse o que é que vê da execução da atividade financeira, se está satisfeita com esta execução, quais foram as dificuldades e o que é que se tem que fazer para suprir essas dificuldades. Disse ainda que este documento não deve ser tratado apenas como um trabalho técnico mas como um espelho do resultado das políticas do executivo e nesse seguimento afirmou que gostaria de saber qual é o esforço para 2 milhões e 200 mil euros de dívida a fornecedores, contando dívida a fornecedores no valor de 1 milhão e 700 mil euros e 500 mil euros que estão em conferência de faturação. Questionou ainda qual é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

a preocupação que a Câmara tem nesta dívida a fornecedores para suprir estas necessidades e permitir a valorização da economia local e do emprego no concelho. --

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções autorizando desde logo a que, sendo necessário, fosse dada a palavra aos restantes membros do executivo municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que o prazo médio de pagamento a fornecedores consta dos documentos mas informou que em termos dos fornecedores locais esta câmara está a pagar o mês de abril e o que leva à impolação desta situação tem a ver com o atraso das transferências do QREN, nomeadamente de capital e das obras que estão a decorrer e que pela dimensão dos valores acaba por influenciar todo este prazo médio de pagamento a fornecedores. Mas disse ainda que se é verdade que as dívidas a terceiros a curto prazo registam 4 milhões e meio também é verdade que em 2009, segundo o documento de prestação de contas aprovado, esta era de 5 778 milhões. ---

----- Pediu que fosse dada a palavra ao Chefe de Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património para prestar os esclarecimentos sobre as questões estritamente contabilísticas colocadas sobre a documentação. -----

----- **Chefe de Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu quanto à questão se na dívida a fornecedores estão incluídos os protocolos de delegação de competências para as juntas de freguesia respondeu que sim e informou que durante a semana passada foram feitos pagamentos por transferência para as juntas e acrescentou ser os valores possíveis no momento. -----

----- Em relação à dívida a fornecedores disse ainda ser intenção do executivo candidatar-se ao programa PAEL, que a concretizar-se resolverá mais parte destas situações. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por esclarecer o conteúdo da reunião da Universidade Sénior dizendo que se tratou de uma reunião entre parceiros, Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia, para discussão de acertos em relação à atividade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No que se refere à designação de utilização de espaços e que respeita à Desmor, esclareceu que não é utilização de espaços e referiu que as atividades de enriquecimento curricular podem ser feitas com a contratação direta de professores por parte da Câmara Municipal, o que é impossível neste momento, pode ser feita a contratação de uma empresa externa, como é o caso da empresa que desenvolve as atividades de inglês, expressão musical e expressão plástica e visual, e a Desmor que é a atividade responsável pela atividade desportiva. Afirmou assim que quando estão designados espaços, não deve estar espaços, mas sim a contratação dos professores e o desenvolvimento da atividade. -----

----- Em relação às restantes designações é utilização de espaços porque em algumas das freguesias, não no caso dos centros escolares embora fosse necessário porque não existe no estabelecimento espaço para o efeito, as associações disponibilizam os espaços para as atividades e a Câmara Municipal paga essa mesma utilização. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a reunião com o grupo Jerónimo Martins teve a ver com a abertura da via entre o Pingo Doce e o Continente que a Câmara tem tentado mediar com vista à sua resolução tal como acontece com a empresa Nuno Lucas, Lda. -----

----- Em relação à reunião havida com a SUMA afirmou que houve efetivamente uma renegociação de contrato, para contenção de custos, reduzindo o número de recolhas pelas freguesias e de lavagens de contentores e não só, com o compromisso por escrito da empresa que quando existirem situações pontuais terá que estar disponível para ocorrer a emergências. -----

----- Quanto à Sibelco informou que se tratou de mais uma reunião no âmbito do compromisso da empresa de execução da estrada de ligação da EN 114/Azinheira e que se continua à espera da revisão do PDM, já que o traçado implica com áreas integradas em RAN e REN. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pediu a palavra para solicitar um esclarecimento para saber se existe uma contratação a empresas privadas ou a quem é que são contratadas as atividades das áreas de extensão curricular, do inglês, da expressão plástica e da expressão musical e a quem é que são contratadas para a atividade física, ou seja, que empresas prestam os serviços à Câmara ou se a Câmara administra diretamente, e continuou dizendo que no caso de a Câmara contratar qual é o preço/hora a que contrata porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

considera que é muito importante que tenhamos um controle, porque o que não pode haver é técnicos superiores a serem pagos a horas de não especializado e a receberem 500 euros por trabalho de 14 horas semanais. Considerou também que esta lógica da Desmor, por causa do empobrecimento do custe o que custar, não pode ser defendida, sendo, por isso, preciso perceber os 50 mil euros para pagar a monitores, quantos são, quantas horas prestam, quanto é que ganham e quanto é que custa o resto. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Referiu que essa informação está no documento esclarecendo que em relação ao inglês, à expressão plástica e visual e à música a empresa contratada é à Orbisquare através de um concurso público que a Câmara Municipal lançou e que esta empresa ganhou. Afirmou que a Desmor continua, como sempre foi desde o primeiro dia, a ser a entidade que contrata os professores para a atividade física e desportiva e disse ainda que é a nossa única atividade onde nunca existem qualquer tipo de reclamações porque há um acompanhamento muito próximo. -----

----- Esclareceu ainda que, ao contrário do que acontece com as outras atividades, a Câmara não tem quaisquer problemas de contratação, de substituição ou situações inesperadas e que, por isso, mesmo este ano letivo que houve uma análise bastante aprofundada com os agrupamentos em relação às atividades e a quem as assegura, o que foi pedido foi a continuação da atividade física e desportiva assegurada pela Desmor porque tudo funciona muito bem. -----

----- No que se refere às horas e pagamento dos professores informou que faz parte do caderno de encargos e com a Desmor estabelecido através de protocolo, em que os professores têm que receber de acordo com a sua habilitação e existe uma discrepância entre o valor da prática desportiva e as outras atividades porque esta é dada três vezes por semana e as outras apenas uma ou duas vezes por semana. Acrescentou que o valor hora é calculado quando se faz a proposta e o preço base para o concurso público e o protocolo com a Desmor. Disse no momento não ter informação precisa qual o valor mas que terá todo o gosto em informar acerca dos mesmos. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Recrutamento – Contrato por tempo indeterminado** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Declaração de Voto do Presidente de Junta de Freguesia da Asseiceira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Nós votamos a favor não só pelas necessidades evidentes da autarquia e que vêm ao de cima não para um engenheiro de construção civil, engenheiro civil, mas para outros setores. E nós estamos muito apreensivos com este corte, quase desta impossibilidade formal de se meter recursos humanos nas autarquias locais, e com a lei dos compromissos vamos assistir ao delapidar da competência técnica dos municípios e uma guerra fratricida entre os diversos departamentos. Mais uma vez se prova que quando há interesse de valorizar o que é público e o que é autárquico pode-se fazer. Votamos a favor e votaremos sempre a favor desde que esteja em causa o interesse público.” -----

----- **Ponto II – Proposta de alteração da tabela de taxas anexa ao regulamento das Taxas do Município de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto III – Projeto de Regulamento do Mercado Municipal da cidade de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto IV – IMI 2012 – Imposto Municipal sobre Imóveis** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que se irá manter a mesma taxa de IMI aplicada em anos anteriores, 0,7% para os prédios urbanos, 0,4% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e a majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse ainda que a explicação para se manter esta taxa tem que ver com o facto de o governo ter aumentado o limite máximo para 0,8%, dano assim a possibilidade de os municípios que o entendessem, subir a taxa para o limite máximo, o que não se verifica com o município de Rio Maior. -----

----- Afirmou que descer esta taxa teria sido o ideal mas que devido à despesa existente referente a compromissos anteriormente assumidos, à diminuição da receita e aos novos apoios que têm que ser prestados, nomeadamente a nível social, não seria responsável fazê-lo. -----

----- Informou ainda que a receita do IMI comparativamente com anos anteriores situa-se em 1,3 milhões de euros quando a recebida em 2011 foi 1,9 milhões. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Intervenção transcrita na íntegra conforme solicitado pelo mesmo: -----

----- “ Ouvi com atenção a informação dada sobre este assunto pela Senhora Presidente e respeito. No entanto a bancada do PS tem opinião contrária. -----

----- Como é do conhecimento geral, devido a uma lei do arrendamento inadequada, à vontade dos bancos concederem crédito à habitação e ao crescimento desmesurado na construção civil, grande parte dos portugueses foram obrigados a tornarem-se proprietários das suas casas. -----

----- Nos tempos que correm de crise económica, social e política, não nos parece razoável manter as taxas do IMI, como proposto, sabendo que os valores dos imóveis estão a ser sujeitos às novas avaliações e assim altera-se substancialmente os valores deste imposto a pagar pelos tais proprietários. -----

----- Face entretanto aos compromissos assumidos por esses proprietários, face à perda de rendimento devido aos consecutivos aumentos de impostos, por várias formas, ou perda de emprego, temos dúvidas se estes proprietários continuam em condições de assumir mais um aumento de impostos (lembro aqui o aumento do crédito mal parado na banca, relacionado com a habitação). -----

----- O mesmo se passa com os prédios urbanos degradados. Se até aqui os proprietários tiveram dificuldades em recuperar os mesmos, ao manter esta taxa de 30%, e considerando o aumento dos valores desses imóveis, torna-se cada vez mais difícil a sua recuperação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Assim, ao ter em conta o que aqui foi dito sobre o IMI, sugerimos uma redução desta taxa em pelo menos 25%. A bancada do PS irá votar contra.” -----

----- **Deputada Celeste Bernardino Narciso** -----

----- Iniciou por dizer que a reinvenção de valor dos imóveis é feita pelo governo para onerar ainda mais as famílias e que, desta forma, a manutenção da taxa de IMI por parte da Câmara Municipal resultará na prática numa drástica subida do valor do imposto a pagar, pedindo-se aos contribuintes um esforço acrescido em tempo de muitas dificuldades financeiras. Disse que apesar de compreender que a política de austeridade deste governo está a asfixiar as autarquias considera que não podem ser os cidadãos a pagar esta fatura. -----

----- Indicou o sentido de voto desfavorável, já que entende que a taxa de IMI deveria ser reduzida. -----

----- **António Luís de Sousa Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse estar a intervir em seu nome próprio e não em representação da bancada do PS e indicou o sentido de voto como desfavorável por uma questão de princípio, por uma questão financeira geral e pessoal. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Afirmou estarmos numa altura em que dá para perceber como o governo asfixiando as autarquias carrega sobre o povo, e que já não bastando o que temos que pagar por culpa do lobby da construção civil existente em Portugal, também irão agora ser feitas as reavaliações aos prédios, algumas delas, de forma inexplicável, pelo Google e querendo reclamar teremos que pagar primeiro e depois é que a reclamação é aceite. -----

----- Admitiu que é difícil gerir quando não há dinheiro mas considera que essa é a arte de quem governa e referiu que as câmaras das cidades limítrofes arranjam como solução baixar o IMI tendo em conta que a população e apostando na atratividade. Disse ainda que tendo em conta as reavaliações provavelmente ainda será gerada mais receita que no ano anterior e considerou que é nesta contradição que o executivo poderia refletir, porque se vão manter os mesmos 0,7% a receita será maior. Considera que não é assim tão linear que estes 0,7% aplicados sejam a manutenção já que esta conjugação se revela num aumento significativo para o contribuinte. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Indicou o sentido de voto como abstenção para que não seja acusado de não receber o valor para benefício do povo e pelos superiores interesses da freguesia de Asseiceira e não por um ato de fraqueza, salientando que a CDU é contra a aplicação de 0,7% face à avaliação proposta pelo governo. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e explicou que o faz porque o IMI representa o imposto sobre os bens imóveis e que normalmente quem os possui tem também a capacidade financeira de os manter. Disse também que durante toda esta sessão tem ouvido que se quer mais escolas, mais estradas, mais apoio social, mais transportes e mais de tudo e quando chega a altura de alguém contribuir com alguma coisa a resposta foi negativa. Afirmou que não lhe custa nada pagar os 0,7% sobre o valor patrimonial no seu concelho, para a sua terra, sobre os seus bens e disse ainda que se fizer a história dos impostos concelhios verifica que nunca foi pago, em percentagem, tão pouco como agora, exceto a taxa sobre os prédios rústicos que foi sempre 0,8%. -----

----- Para terminar disse que não se importa de pagar para quem faz obra na sua terra. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Iniciou por fazer referência àquela que considerou ser uma violenta abstenção de Deputado Augusto Figueiredo da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira. -----

----- Disse ser uso e costume desta assembleia fazer a aprovação da taxa de IMI e da derrama embora os prazos para prestar informação à administração central sejam diferenciados e que a lei dispõe que se não for decidida nenhuma taxa sobre a derrama até 30 de novembro prevalecerá a taxa do ano anterior. -----

----- Assim, questionou o que é que este executivo vai fazer em relação à derrama que em muitos concelhos limítrofes é 0%, se efetivamente se vai manter a taxa, se vai baixar ou se vai passar esquecida. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a taxa de IMI tem que ser comunicada às finanças até 30 de novembro e a derrama até 30 de dezembro e que, assim sendo, a decisão da derrama ainda será presente a esta assembleia. -----

----- Face a diversas afirmações que foram feitas referiu que para as avaliações que estão a ser feitas existe uma cláusula de salvaguarda, em vigor durante dois anos, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

que os proprietários pagarão apenas uma parte do novo imposto e que só a partir de 2015 a sua totalidade, ou seja, o aumento máximo em 2013 é 75 euros, independentemente do valor da nova avaliação do prédio. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu sobre a aplicação da taxa referente a este imposto dizendo que os 0,7% são aplicados aos prédios que não foram reavaliados e que após a reavaliação é 0,4% e que quando aqui se está a falar de 0,7% no âmbito da reavaliação de prédios dever-se-ia estar a falar de 0,4%. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 23 votos a favor, 7 votos contra e 2 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ De facto este tema é-me um tema bastante caro como todos sabem, que me tem acompanhado quer neste mandato quer em mandatos anteriores. -----

----- Votei favoravelmente, faço-o em consciência e não obrigada por ninguém. E não, não mudei de opinião, continuo exatamente com a mesma opinião dos anos passados. O meu voto favorável vai no sentido de compreender as dificuldades económicas porque passam os municípios, sem esquecer as mesmas dificuldades que atravessam as famílias portuguesas e todos sabemos que são muitas. -----

----- As verbas da administração central para as autarquias têm sido reduzidas abruptamente e neste contexto e nos tempos que atravessamos em que é fácil aumentar os impostos, dou os parabéns à Câmara Municipal por resistir ao aumento deste imposto municipal mantendo assim as taxas dos anos anteriores. -----

----- De lembrar que o Governo autorizou os municípios a subirem as taxas do IMI 0,1% ao que esta câmara resistiu. Lembrar ainda que o contribuinte aliás como esclareceu a Senhora Presidente da Câmara, independente do aumento das novas avaliações não poderá pagar mais do que 75 euros anuais, além do que já pagava, nos próximos dois anos, ou seja, para 2013 e 2014, referindo, tal como já referiu a Senhora Presidente da Câmara, o artigo de salvaguarda que é o 15º o) da última atualização do código do IMI, pela Lei 20/2012, de 14 de maio, esperando assim, e como disse votei em consciência e não obrigada por ninguém, para o ano veremos o meu sentido de voto, que esta Câmara Municipal esteja capaz de reduzir esta taxa, a taxa deste imposto, como tem vindo a defender. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Só mais uma coisa, em relação à explicação que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já fez, é realmente uma realidade. Quando nós tínhamos prédios avaliados no concelho a 0,7% e a 0,4%, até ao final do ano, se se concretizarem todas as avaliações que estão a ser realizadas, passarão todos a 0,4%, o que em concreto significa a tal redução da taxa do IMI. -----

----- Também um alerta, bem dizíamos nós, bancada do PSD, em anos anteriores, em executivo que não era do PSD, que os empréstimos então contraídos e que vinham a esta Assembleia Municipal, que iam empenhar o futuro. Não foi preciso esperar muito. Este ano começamos a pagar os empréstimos de então, que então esta assembleia votou e aqui eu falo à vontade que votei sempre contra.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Jorge da Silva Madeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Queria dizer que eu voto favoravelmente esta proposta dizendo simplesmente que de facto poderíamos ter baixado ligeiramente, mas tendo em conta os compromissos que a câmara tem assumidos já anteriormente e tem que os cumprir obrigatoriamente, tendo em conta também a crise que ainda está para vir que vai ser muito pior, a câmara vai ter que fazer frente a dificuldades sociais para as quais se calhar não terá dinheiro se não se mantiver esta taxa.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O que quero dizer, para fazermos a nossa declaração de voto, é que, primeiro: não tem nada a ver o IMI e desculpar-se com questões que têm a ver com os empréstimos anteriores, porque esta câmara também já fez empréstimos que vão ultrapassar o mandato. Isto é assim em qualquer situação pública. É assim, tem que ser normal. -----

----- Veremos, cá estaremos, para fazer as contas, que é mesmo só fazer as contas como dizia o camarada António Guterres, é mesmo só fazer as contas. Porque não me interessa a mim que a taxa baixe para 0,2%, a mim o que me interessa saber é quanto é que eu vou pagar de imposto municipal sobre imóveis. A taxa até podia ser 0,1%, se multiplicarem por o respeitante entre 0,7% e 0,1% o valor do imóvel que eu vou pagar é o mesmo. Portanto isso pouco me interessa. Como o Senhor Presidente muito bem explicou, não me interessa saber se a taxa é 0,4% ou se é 0,7%, interessa-me saber qual é o valor do IMI calculado em função de multiplicar 0,4% pelo valor patrimonial do imóvel. Não quero saber do resto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No final, em 2013, cá estaremos para fazer as contas e dizer que erro colossal aconteceu na contabilização das receitas do IMI ou não. Veremos.” -----

----- **Ponto V – Protocolo de delegação de competências para as Juntas de Freguesia - aditamento** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo tratar-se de alterações introduzidas nos protocolos, nomeadamente das freguesias de Alcobertas, Arruda dos Pisões, Asseiceira, Fráguas, Ribeira de São João, São João da Ribeira, Vila da Marmeleira, Azambujeira e Assentiz. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Iniciou por salientar a transparência deste executivo municipal, já que tem um entendimento diferente no que toca à necessidade destes aditamentos serem presentes à assembleia municipal visto as rubricas agora delegadas nas freguesias em questão estavam já consideradas muito embora fossem dotadas de valor zero. -----

----- Deu conhecimento a toda a assembleia que ninguém mais que os presidentes de junta presentes nesta assembleia têm insistido com o executivo municipal no sentido de ver regularizados os protocolos de delegação de competências. Neste sentido informou a assembleia que em reunião tida com os presidentes de junta foi assumido o compromisso por parte do executivo municipal a regularização, o quanto antes, das dívidas existentes quanto aos protocolos de 2011, sendo indicada como data meados de Outubro. -----

----- Disse ainda que importa fazer uma ressalva política e realçar que embora esta não seja a situação idealizada pelo executivo aquando do início do mandato em relação à delegação de competências nas juntas de freguesia, numa altura de tanta dificuldade e em que foi inclusive foi pedido, em reunião, aos presidentes de junta esforços na diminuição em 20% dos valores que eram delegados, apareceu uma surpresa agradável quando recentemente, em reunião com o executivo municipal, se verificou que afinal não iriam se efetuados os cortes acordados. -----

----- Afirmou então que numa altura em que os cortes para as juntas de freguesia pelo estado são tão severos, assim como para as câmara municipais, o executivo municipal assumir para si que as freguesias não terão qualquer corte ou será muito diminuto, para os presidentes de junta é uma fonte de alegria. Frisou no entanto que não descure o facto de esta despesa ter que ser regularizada o quanto antes, mas admite



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

todos estarem a trabalhar para isso e agradeceu ao executivo municipal o empenho e desejou que realmente as contas possam ser feitas e acertadas o mais rápido possível, muito embora admita que conjuntamente com Alcobertas, Rio Maior será a junta que menos sofre com a asfixia de verbas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Iniciou por se referir à sua abstenção no ponto referente ao IMI e afirmou ser um ato de inteligência, embora violenta para alguns, mas disse ainda ter tido alguns mestres já que quem se tem absterido violentamente é o PS. -----

----- Afirmou que a avaliação que irá fazer será de um ponto de vista político e não dirigida a ninguém em concreto e continuou dizendo que estamos num tempo em que não há tempo para perder tempo e que o atual executivo municipal perdeu muito tempo com as freguesias, e o tempo em política é o elemento da sua substância. -----

----- Deu conhecimento que chamaram à atenção que não entendiam como é que era possível só virem as verbas de cabimentação à assembleia municipal para os protocolos depois de se pagar 2011 quando sabiam das dificuldades e sabiam que o facto de não haver cabimentação obrigou a conversas entre vereadores e presidentes de junta a dizer para pararem as obras quando nove meses depois a câmara veio novamente dizer que iria haver um protocolo para 2012. -----

-----Salientou que os problemas das juntas de freguesia são sérios e duplicados por existirem compromissos que foram assumidos e que não estão a ser cumpridos. -----

----- Afirmou que a delegação de competências nesta altura do ano só tem sentido se houver confiança e a realidade objetiva, não obstante o esforço da câmara, é que junta deve o pagamento de 10 mil euros de obra feita já em 2010, que na economia local tem um impacto determinante. -----

----- Disse também não discutir a metodologia e evidenciou ainda o esforço dos técnicos e do executivo em encontrar um critério o menos subjetivo possível face às dificuldades, mas disse também que o que vão receber de despesas de capital dá para pagar o que fizeram este ano, evidenciando que têm um corte de 30%. Mas disse preferir, enquanto autarca, receber o pouco mas receber do que ter-se comprometido e depois não ter como pagar. -----

----- Realçou que a confiança não é a mesma que era no primeiro protocolo e perguntou se a câmara assume como prioridade da ação até final do ano as freguesias. Afirmou que lhe foi dito que sim. Irá por isso levar o protocolo à sua assembleia de freguesia por uma questão de transparência e informação aos autarcas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

e também porque considera que há uma alteração de conteúdo, mas afirma que só assinará o protocolo de 2012 quando os pagamentos referentes ao de 2011 estiverem efetuados. -----

----- Ainda nesta perspetiva disse também que o executivo não devia usar as dificuldades financeiras como forma de adiar as dificuldades, tendo-lhe até sido respondido por escrito esta posição, mas considera que os autarcas não são eleitos para gerir dinheiro, para isso existem os serviços competentes, mas para encontrar soluções e exemplificou com dois exemplos, o ar condicionado da sala polivalente da Asseiceira que for reaproveitado da escola secundária e os jogos tradicionais que se irão realizar sem qualquer apoio financeiro das câmaras de Rio Maior e Santarém. -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que o importante será saber depois de executado o orçamento quanto é que foi transferido para as freguesias, referindo o facto de ainda este ano em março estarmos a transferir verbas do ano anterior, o que antes não acontecia. -----

----- Salientou que está 100% de acordo que as freguesias sejam reforçadas mas disse não saber como é que do ponto de vista lógico e administrativo se consegue neste momento aprovar esta circunstância que apenas vai resolver os problemas da confiança, já que duvida que haja capacidade para executar obra dentro dos pressupostos do orçamento de estado até ao final do ano. -----

----- Referiu ainda que esta situação em que as freguesias se encontram poderia ter sido evitada não fazendo outras coisas, já que considera que haver dinheiro há não chega é para tudo e lembrou que das obras agendadas pelo PS, a câmara ganhou de imediato 5% de mais de 2 milhões de obra que resulta da mudança da percentagem da contribuição do QREN que era de 80% e passou para 85%. -----

----- Conclui dizendo que não se pode confundir a falta de dinheiro com má gestão. ---

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que sempre disse que gostaria de avançar com os protocolos do ano seguinte só depois de ter resolvido o ano anterior e afirmou que comparando com os outros municípios vizinhos, e se se fazem comparações em outras matérias também poderá fazer nesta, alguns ainda têm pagamentos atrasados de anos anteriores e continuam a avançar com os protocolos para ano corrente, coisa que disse que não aconteceria aqui a não ser que fosse uma questão intransponível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Informou que o que está em falta dos protocolos de 2011 são 68 635 euros, que, em reunião com os presidentes de junta de freguesia, se comprometeu que ficariam liquidados com a entrada do IMI em meados de outubro. -----

----- Lembrou ainda que se vivem outros tempos e que quando ainda era presidente de junta houve até um ano em que não foram feitas quaisquer transferências de despesas de capital para as juntas de freguesia e que assim nem sequer haveria discussão de quando era feito o pagamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Ponto VI – Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – compromissos plurianuais – contrato de aquisição de refeições escolares** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e explicou que o assumir de compromissos plurianuais tem que ser presentes à assembleia municipal para deliberação conforme decorre da própria lei. Informou que se trata, neste caso, do concurso para aquisição de refeições escolares. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Disse tratar-se de um procedimento que é novidade assim como garantir a disponibilidade de meios financeiros para o pagamento a 90 dias. -----

----- Referiu que a abertura de um concurso desta natureza trazia vantagens em relação ao preço unitário mas disse ter alguma apreensão em relação às comunidades locais, em particular as que serviam refeições, e a que estas se venham a ressentir bastante. -----

----- Sugeriu que fosse garantida, como tem sido até aqui, a qualidade da prestação de serviços e o acompanhamento que a empresa tem feito, chamando à atenção para o seu receio que algumas freguesias, alguns centros sociais e comunidades locais, no curto prazo venham a sentir muita falta do valor das refeições que serviam sendo um assunto sobre o qual tem refletido e para o qual não tem encontrado solução. -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Questionou perante o valor de 452 747 euros se vai ser aberto um concurso público e qual é o prazo de fornecimento das refeições para este valor. -----

----- Perguntou ainda concretamente o seguinte: o valor é de 452 747 euros para este ano, no ano de 2012 está orçamentado o valor de 714 mil, o orçamento executado de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

2010 foi de 502 mil e o orçamento de 2011 foi de 428 mil. Como é que com metade do preço se consegue fazer a mesma coisa? -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Afirmou que com a lei dos compromissos este tipo de assuntos vai ser cada vez mais frequente na assembleia e reiterou a posição do Deputado Augusto Figueiredo e a sua preocupação em relação às entidades fornecedoras de refeições. -----

----- Referindo-se ao assunto a votação disse confiar nos pareceres técnicos e estando devidamente justificado e cabimentado disse ainda que este é um assunto de interesse público que nos tempos de crise que se atravessam é ainda mais importante já que infelizmente há cada vez mais crianças que as refeições escolares são o seu único suporte alimentar. Considerou ser uma preocupação a ter enquanto autarcas e enquanto cidadãos. -----

----- Indicou o sentido de voto da bancada da CJF como favorável. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu dizendo que este concurso foi lançado por vários municípios da CIMLT, para se conseguirem valores baixos que se conseguem por economia de escala e pelo facto de hoje em dia haver uma concentração em centros escolares. -----

----- Quanto aos valores presentes no orçamento, esclareceu que os valores para 2012 se referem a parte do ano letivo de 2011/2012 (172 mil euros), e parte do ano letivo de 2012/2013 (172 mil euros). -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor José Madeira - Assentiz** -----

----- Interveio em representação da população da freguesia de Assentiz, agradecendo desde logo a permissão para participar na feira da Frimor, e disse ter uma carta para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

apresentar pessoalmente em nome dos fregueses de Assentiz, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A reforma administrativa local autárquica que o governo nos quer impor com a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e que leva à extinção/agregação de freguesias, nada contribuirá para a redução da despesa pública, uma vez que com o pouco que se gasta atualmente consegue-se fazer um excelente serviço de proximidade que tão necessário é nestes tempo difíceis que atravessamos. Esperamos que enquanto houver uma reforma administrativa local se ausculte e respeite as populações, que envolva os autarcas e que defenda a autonomia e entidades locais, pois esta reforma tal como é preconizada, a ser aprovada, trás grandes prejuízos para as populações, provocando mais abandono, mais desertificação, maiores assimetrias regionais, tornando as aldeias, meramente dormitórios. -----

----- Por estas razões e por não termos conhecimento que nenhum autarca, nem freguês ou munícipe do concelho de Rio Maior e das freguesias, alguma vez tenha manifestado que as suas catorze freguesias são demais, ora se estamos bem, para quê mudar? -----

----- Assentiz é a mais jovem freguesia do concelho desde 89, já vivemos na situação de sermos um lugar e não queremos voltar a viver nessa situação, nem nós nem a vila da Marmeleira ficamos prejudicados com a separação, antes muito pelo contrário. Desde que Assentiz passou a freguesia os progressos feitos são notórios, a prova que com o pouco se pode fazer muito graças ao empenho dos eleitos e ao muito trabalho de voluntariado que ali se desenvolve, porque Assentiz é uma das freguesias mais afastadas da sede de concelho, mas bem localizada. Talvez por isso ainda nos fixemos ali muito jovens casais. Em Assentiz ainda há muitos jovens e muitas crianças, embora esta mesma assembleia ao aprovar a construção do centro escolar em São João tenha decidido fechar o jardim-de-infância e a nossa escola do 1º ciclo. –

----- Está nas mãos de todos os elementos desta assembleia o futuro dos milhares de cidadãos deste concelho e dos 500 habitantes de Assentiz, nos quais nos incluímos nós jovens. -----

----- Por todas as razões expostas apelamos a todos os elementos desta assembleia que não queiram ser responsabilizados pela extinção da freguesia de Assentiz. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Antes de encerrar os trabalhos o Presidente da Assembleia Municipal prestou algumas informações acerca da reunião da comissão permanente realizada no passado dia 10 de setembro sob o tema da reforma administrativa e ficou decidido, por unanimidade, que pela importância do tema em termos políticos deveria ser convocada uma sessão extraordinária da assembleia exclusivamente para debater esse tema e o órgão Assembleia Municipal efetuar a pronúncia que legalmente é exigida. -----

----- Informou ainda que também por consenso essa sessão será marcada para o próximo dia 13 de outubro, dado que o prazo para comunicação à Assembleia da República da pronúncia termina no dia 15 de outubro. Deu conhecimento que o figurino a seguir na mesma é ligeiramente diferente das outras sessões e explicou o mesmo. -----

----- Deu conhecimento que foi deliberado renunciarem todos os deputados, e cada líder de bancada assumiu essa responsabilidade, às senhas de presença nessa assembleia extraordinária para que não haja qualquer custo para além dos que obrigatoriamente se tem que incorrer administrativamente. -----

----- Alertou ainda que poderá haver a possibilidade de ter que ser marcada uma outra sessão extraordinária para tratar o assunto do PAEL e apelou mais uma vez para a renúncia das senhas de presença demonstrando que não estão nesta assembleia por dinheiro e que perante a situação imperiosa do cumprimento de prazos. Deixou, no entanto, à consciência de cada um. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____